

AS CONCEPÇÕES SOBRE O SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE MÃES QUE UTILIZAM E QUE NÃO UTILIZAM CRECHES

MORO, Catarina de Souza - UFPR

GT: Educação de crianças de 0 a 6 anos/ n. 07

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Sabe-se que a infância é uma categoria histórica e cultural e que os conhecimentos produzidos acerca desta temática têm estreita ligação com o “lugar social que a criança ocupa na relação com o outro” (Pereira e Jobim e Souza, 1998). Esse espaço social tem mudado muito nas últimas décadas: nos anos 50 as crianças participavam ativamente da vida comunitária, pois tinham o direito de freqüentar a rua, lugar de livre circulação na época (Kuhlmann Júnior, 1998, p.30); na atualidade, a infância se tornou “um produto de consumo”, em torno dela se estruturam padrões de conduta, de entretenimento, de criação e de educação e, mesmo de consumo (Silveira, 1997; Pereira e Jobim e Souza, 1998; Muniz, 1999). Faria (1999) indica que crianças ricas e pobres estão sujeitas a “dupla alienação” da infância, perante diferentes formas de antecipação de suas vidas de adulto. Para esta autora a creche é um “lugar para se tornar criança, onde se descobre (e se conhece) o mundo através do brincar, das relações mais variadas com o ambiente, com os objetos e as pessoas, principalmente entre elas: as crianças.” (id., *ibid.*, p.72).

As instituições de educação infantil, seja no Brasil ou qualquer outro país, se tornaram uma necessidade e uma realidade nos dias de hoje e, em função disto têm sido muito debatidas, nas dimensões política, pedagógica e econômica. Exemplo disto, no Brasil, têm sido as publicações recorrentes do MEC (Ministério da Educação e do Desporto), através da COEDI (Coordenadoria Geral de Educação Infantil) desde 1993 até 1998 (entre estas Brasil, 1993, 1994, 1994a, 1998, além de outras) e também de pesquisadores independentes ou vinculados a cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Bufalo, 1997; Fullgraf, 2001, 2001a; Geis, 1994; Haddad, 1998; Kappel, Carvalho, Kramer, 2001; Lordelo, 1998; Maistro, 1997; Merisse, 1996; Moro, 2002; Rocha, Silva Filho, 1997; Rosemberg, 1999, 2001; Rossetti-Ferreira e col., 1998; Sebastiani, 1996;

Sekkel, 1998; Vasconcellos, 1996; Vitória, 1997).

Para Rosemberg (1998), no caso dos Estados Unidos, isto se deu em função de três modificações sociais: a participação crescente da mulher no mercado de trabalho; o grande número de famílias monoparentais, chefiadas principalmente por mulheres e o aumento da pobreza. A estas se seguem a existência de competitividade e a exigência, cada vez maior, de dedicação ao trabalho; o padrão demográfico (famílias com um filho ou com mais filhos tendo intervalos grandes entre eles) e o panorama urbano, impróprio para o convívio social entre crianças pequenas.

Em relatório, do ano 2000, sobre a situação da infância no Brasil o Unicef (2000) revela que apenas 6,3 milhões dos 21 milhões de crianças brasileiras de 0 a 6 anos freqüentam creches e pré-escolas. Na faixa etária de 0 a 3 anos, somente 8,3% das crianças estão matriculadas em creches, e 57% das crianças de 4 a 6 anos estão matriculadas em pré-escolas. O estudo indica que as crianças mais velhas, de famílias das zonas urbanas e com maior renda, são as que tem maior acesso à educação infantil. Entre crianças de famílias com renda de até meio salário mínimo, por exemplo, apenas 6% freqüentam creches e 50%, pré-escolas. Entre as crianças de famílias com renda superior a cinco salários, 30% freqüentam creches e 90%, pré-escolas. O relatório do Unicef (2000) diz que a situação da infância brasileira é desproporcional à riqueza produzida no país. Recai-se no velho problema da concentração de renda; cria-se um círculo vicioso que atravessa gerações e perpetua a exclusão social de meninos, meninas pobres e suas famílias. Estes dados, não são únicos e sequer estão imunes a distorções, mas servem como mais um elemento no processo de apreciação dos problemas, no estabelecimento de prioridades, para a mobilização de recursos e de vontade política, na descentralização e municipalização das políticas e dos serviços destinados às crianças pequenas.

Sobre o município pesquisado

O município pesquisado foi São José dos Pinhais, integrante da região metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná. Para o IBGE (Brasil, 2000), 33% das crianças entre 4 a 6 anos freqüenta a pré-escola, em relação as crianças com menos de 4 anos não há registros. Já de acordo com dados do relatório do Unicef (2000), São José dos Pinhais conta com uma população de 25.267 crianças entre 0 e 6 anos (3.613, de 0 a 1 ano; 14.476, de 0

a 3 anos e 10.791 crianças de 4 a 6 anos). Quanto a educação infantil, das 25.267 crianças de 0 a 6 anos, apenas 14,77% estavam matriculadas em creche e 26% estavam matriculadas na pré-escola, lembrando que estes dados referem-se tanto ao atendimento público como particular.

Sobre a pesquisa, a coleta dos dados e os grupos de participantes

O presente estudo caracterizou-se como descritivo, compreensivo ou interpretativo, sendo uma das formas de pesquisa qualitativa (Minayo, 1992).

O grupo de usuárias (15), mães com filhos menores de 6 anos atendidos no sistema público de Educação Infantil, foi contatado nos próprios Centros de EI, precisando obedecer a dois critérios: diversificação geográfica no município e possibilidade de formação dos sub-grupos para a entrevista (disponibilidade por parte das mães), ou seja, de acesso para coleta de dados. Das vinte e duas creches do município, fez-se entrevistas em cinco delas, realizou-se cinco sub-grupos, compostos de três mães cada um. As entrevistas foram feitas nas dependências das creches/centros de EI, em salas cedidas para uso exclusivo da pesquisadora e do grupo de mães, durante a coleta dos dados. As mães que não tinham seus filhos, de até 6 anos, freqüentando estes centros municipais, compuseram o grupo de não usuárias (15). Estas foram contatadas nos cinco Centros Sociais existentes no município, durante o período em que participavam de cursos ou de atividades físicas e esportivas, marcava-se um outro dia e horário para a entrevista em grupo. Em cada centro formou-se um subgrupo de mães não usuárias com três participantes cada, durante a entrevista utilizou-se uma sala, nas dependências dos centros sociais.

Os dados utilizados foram as falas, os relatos verbais das mães entrevistadas em sub-grupos (3 participantes em cada). Como estratégia para coleta de dados utilizou-se a Discussão de Grupo, sendo que cada entrevista sempre se constituiu em uma situação única, tendo seu “impacto social próprio” (Minayo, 1992). As entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro aberto, elaborado especialmente para este fim, abordando questões sobre a infância, suas características e necessidades; responsabilidades e dificuldades na criação de filhos, nos dias de hoje; erros mais comuns cometidos pelos familiares. Os dados obtidos foram registrados em áudio e dez entrevistas foram transcritas na íntegra (uma de cada sub-grupo, sendo cinco sub-grupos de participantes usuárias de creches e mais cinco sub-grupos de participantes não usuárias) para posterior categorização e análise.

As 30 participantes, ao término da entrevista, informavam seus dados para caracterização da amostra (sem necessidade de identificação pessoal). As mães entrevistadas tinham entre 21 e 40 anos; a maioria (73,33%) se encontrava casada (de fato ou legalmente); 33,33% residiam em casas com até três pessoas e tinham quatro anos de escolarização; a média de filhos foi de 2,16; a renda familiar mensal de 50% das participantes ficava entre dois e cinco salários mínimos, 36,66% delas recebiam até dois salários mínimos e 13,33% estava acima de cinco salários mínimos (a totalidade de mães deste percentual não utilizava a creche); a maioria das mães usuárias de creche (66,67%) trabalhava como empregada doméstica, diarista ou mensalista. No grupo de mães não usuárias de creche, 46,67% eram donas-de-casa e 26,67% estavam desempregadas naquele momento; as participantes que não utilizavam a creche tinham uma rede de apoio maior para auxiliá-las no cuidado e na educação dos filhos em comparação com as mães cujos filhos freqüentavam as creches (Moro, 2002).

Análise do conteúdo das entrevistas

Para análise das entrevistas buscou-se a definição de um método com contornos e procedimentos próprios, tendo servido como base os trabalhos de Lefèvre; Lefèvre e Teixeira (2000). A partir do roteiro de entrevistas fez-se o agrupamento dos assuntos afins em 4 conjuntos temáticos, estabelecidos no intuito de organizar a compreensão dos dados em torno de temas principais, sendo: Motivo em ter colocado ou não os filhos na creche; Função da creche; Conhecimento sobre a programação educativa da creche; Opinião sobre as creches do município.

Após a organização dos assuntos nestes conjuntos temáticos e tendo já realizado a transcrição dos dados, foi sendo feita a leitura das entrevistas coletivas, a fim de se identificar nas respostas das participantes as frases-chave (selecionadas literalmente de trechos transcritos das falas, para preservar fielmente o depoimento das mães) para cada conjunto temático. Em seguida procedeu-se a identificação de categorias (expressas na forma de palavra, conceito ou expressão, para indicar o que as frases-chave tinham de essencial, o que elas em suma queriam dizer). Fez-se o cotejamento de categorias semelhantes e complementares entre as participantes do mesmo grupo, de usuárias ou de não usuárias. E, por último, reuniu-se as frases-chave, de acordo com as categorias, em

discursos-síntese¹, que representavam as concepções peculiares de cada grupo e não de cada participante em separado. Por último fez-se uma análise comparativa entre os dois grupos: de mães usuárias e não usuárias do sistema municipal de creches. Utilizou-se o mesmo procedimento para análise de todos os conjuntos temáticos, (sempre separadamente para os dois grupos de participantes, mães usuárias e não usuárias de creche), permitindo-se a preservação das falas originais das participantes na estruturação dos discursos-síntese.

Resultados e Discussão

Os dados serão apresentados e discutidos em função dos conjuntos temáticos e estarão distribuídos em 4 quadros como se segue.

As categorias apresentadas no Quadro 1 referem-se ao “**Motivo em ter colocado ou não os filhos na creche**”. Analisando as categorias e os discursos-síntese que as originaram pode-se notar que para as mães que têm seus filhos na creche a motivação inicial estava relacionada a uma dimensão prática, durante um período do dia no qual as crianças não podiam estar sendo atendidas pelas suas mães, estas buscaram outro atendimento adequado. Para algumas, a primeira escolha era a custódia da criança na família extensa, deixando a criança com a avó, a categoria - *Minha mãe não podia ficar* – indica que a creche foi uma opção secundária. Entretanto no próprio discurso destas mães denota-se satisfação posterior, decorrente dessa escolha “forçada”.

Já para a categoria - *Para começar a trabalhar* - as mães usuárias não indicam outra escolha anterior e contrapõem a credibilidade da creche em relação a outras formas de atendimento dos filhos na qual se confia a terceiros (babás, empregadas). Aparece também uma ponderação sobre a não disponibilidade exclusiva, total e incondicional, da mãe de cuidar e educar os filhos.

Outra categoria presente - *Acabaram levando meus filhos para a creche* - indica uma condição grave, com a qual aquele grupo pode se deparar, devido a sua vulnerabilidade social, pessoas que vivem em condições materiais precárias, mais exatamente em condição de miséria. Essa “dura” realidade, parece ser percebida pelas participantes como “algo bom”, pois na creche as crianças por certo terão melhores condições, independentemente de serem mínimas ou não, para aprender e se desenvolver.

¹ Os discursos-síntese não serão apresentados no corpo deste trabalho.

Também no Quadro 1 expôs-se as categorias encontradas no depoimento das mães que não têm seus filhos na creche. Existe uma única categoria que indica como motivo do filho não freqüentar a creche a impossibilidade da instituição e do sistema municipal em atender a demanda, sendo ela - *Não consegui vaga*.

Quadro 1 - Categorias provenientes das entrevistas das 30 participantes, mães usuárias e não usuárias de creches, em relação ao conjunto temático: “**Motivo em ter colocado ou não os filhos na creche**”.

Mães usuárias de creche Motivo em ter colocado	Mães não usuárias de creche Motivo em não ter colocado
<p><i>Acabaram levando meus filhos para a creche</i></p> <p><i>Para começar a trabalhar</i></p> <p><i>Minha mãe não podia ficar</i></p>	<p><i>Quero acompanhar o crescimento</i></p> <p><i>Sempre tive alguém para ajudar</i></p> <p><i>Optei por trabalhar em casa</i></p> <p><i>Você não sabe como é o tratamento</i></p> <p><i>Não estar precisando trabalhar</i></p> <p><i>Não consegui vaga</i></p>

Outra categoria presente na fala das mães não usuárias de creche faz referência à desconfiança com respeito às instituições para atendimento coletivo de crianças entre 0 e 6 anos, comparando-o com o atendimento no contexto familiar - *Você não sabe como é o tratamento*.

As demais categorias fazem referência a uma organização familiar que contempla a condição da mãe permanecer em casa, realizando ou não atividades rentáveis e/ou contando com a ajuda de terceiros para o cuidado e educação dos filhos em casa mesmo: *Quero acompanhar o crescimento; Sempre tive alguém para ajudar; Optei por trabalhar em casa; Não estar precisando trabalhar*.

Em síntese, este conjunto temático aponta a coexistência de motivações para a utilização ou não do serviço público de educação infantil pelas mães pesquisadas, que podem ser decorrentes de diferentes concepções sobre as formas mais adequadas de criação

dos filhos na sociedade urbana atual. Sobretudo, a creche é representada como uma possibilidade de “liberar as mães para o trabalho, para a complementação da renda familiar. Isto quando não é a mulher “arrimo de família”.” (Vitória, 1996, p.37-38). Para muitas destas mães a demanda por creche está atrelada às condições de vida e de pobreza de muitas famílias.

A discussão deste conjunto temático se complementa com a apresentação e discussão dos dois próximos que versam sobre a “**Função da Creche**” e sobre “**Conhecimento sobre a programação educativa da creche**”.

As categorias provenientes dos depoimentos das mães dos dois grupos de participantes, e expostas no Quadro 2, podem ser diretamente correlacionadas, ou seja, os diferentes discursos-síntese tratam, essencialmente, da mesma concepção.

Entende-se que as categorias – *Cuidar* (mães usuárias), *Ajudar as mães que trabalham e Podia servir para tirar as crianças da rua* (mães não usuárias) estão fazendo referência ao trabalho custodial da creche. As categorias – *Educar* (usuárias) e *Não é só cuidar porque tem escolinha* (não usuárias) são correspondentes e dizem respeito ao caráter educativo desta instituição; enquanto as categorias - *Convivência com outras crianças* (grupo de creche) e *A criança estar com outras crianças* (grupo não de creche) aludem ao caráter de socialização das crianças. Analisando este conjunto ficou evidente que a utilização deste serviço influencia a concepção das mães.

Quadro 2 - Categorias provenientes das entrevistas das 30 participantes, mães usuárias e não usuárias de creches, em relação ao conjunto temático: “**Função da creche**”.

Mães usuárias de creche	Mães não usuárias de creche
<i>Cuidar</i>	<i>Ajudar as mães que trabalham</i>
<i>Educar</i>	<i>Podia servir para tirar as crianças da rua</i>
<i>Convivência com outras crianças</i>	<i>Não é só cuidar porque tem escolinha</i>
	<i>A criança estar com outras crianças</i>

Vê-se que as mães usuárias dispõem de mais informações e conhecimentos para argumentar sobre a dimensão educacional da creche, enquanto para o outro grupo quando essa mesma dimensão aparece, ela se explicita na forma de questionamento e não de afirmação. Este dado pode estar indicando uma expectativa de superação de um modelo entendido como deficitário – o custodial, por parte das mães não usuárias de creche, não obstante existir ambigüidade no discurso deste grupo.

As categorias - *Convivência com outras crianças* - das mães usuárias e - *A criança estar com outras crianças* – das mães não usuárias de creche, referem-se à ampliação do contato social, sendo entendidas como favoráveis ao desenvolvimento infantil pelas próprias mães: a criança nessa situação não fica sem a companhia dos pares, tem com quem brincar; não depende da televisão como única fonte de entretenimento; exercita o compartilhamento de atenções e de objetos e brinquedos com seus pares. Daí entender-se que estas categorias também compõem a concepção da creche em sua dimensão educacional.

Em relação à função da creche falta tratar de três outras categorias: *Cuidar* – mães usuárias; *Ajudar as mães que trabalham*; *Podia servir para tirar as crianças da rua* – mães não usuárias de creche. Estas categorias referem-se à dimensão assistencial do trabalho em educação infantil, incumbindo-se a creche de compensar as faltas e/ou dificuldades da mãe e da família; essa dimensão além de evidenciada é também distorcida.

Os depoimentos denunciam uma situação social que está além da abrangência dos sistemas de educação infantil e precisa de políticas sociais que possam fazer frente à exclusão sócio-econômica e cultural. A creche deve sim, atender inclusive esta situação, mas não exclusivamente, devendo esta constituir-se uma exceção e não a regra como se vê no cotidiano atual. Através de outra categoria (Quadro 1) - *Acabaram levando meus filhos para a creche*, da fala do grupo de mães que têm os filhos na creche, já havia se verificado tal situação.

Palhares e Martinez (1999, p.9) quando se referem aos pais e mães das nossas creches públicas diz que eles são: “oprimidos, pouco participativos na dinâmica das instituições e que, antes de tudo, necessitam da creche como um equipamento, não “podendo” reconhecê-la como um direito mas aceitando-a como um favor”. Geis (1994) e

Merisse (1996) também faziam referência a este mesmo quadro nas suas pesquisas de doutorado.

Em síntese, observa-se que as participantes que utilizam os centros de educação infantil concebem a creche como mediadora do desenvolvimento e da educação da criança; em contrapartida entre as participantes não usuárias de creche, parece prevalecer a perspectiva de que este serviço é válido somente para os casos em que a mãe ou a família não pode assumir sozinha o cuidado e a educação das crianças, sendo a mãe vista quase que exclusivamente como a única responsável pela saúde e bem-estar dos filhos.

Vários autores brasileiros têm discutido a contraposição entre o caráter educativo e o caráter assistencial do trabalho em educação infantil, rejeitando ou reafirmando essa dicotomia (Vitória, 1996; Merisse, 1996; Geis, 1994; Kuhlmann Júnior, 1998, 1999) e também a qualidade deste trabalho, independente do caráter prevalente (Sebastiani, 1996). A partir dos dados aqui levantados, o que se pode afirmar é que a experiência com o atendimento prestado aos filhos nos centros de educação infantil ou nas creches pode modificar as concepções maternas sobre a função deste serviço. É preciso considerar, contudo, que não é espantoso que as participantes se vejam em meio a duas dimensões do trabalho da creche, uma vez que em todo o processo de regulamentação da educação infantil no Brasil persiste esta contradição, a política nacional de atendimento às crianças entre 0 e 6 anos é dualista, acena de um lado com a legislação no âmbito da educação e de outro com a concretização no âmbito da assistência social. (Fullgraf, 2001, 2001a). A fim de superar esta realidade é necessário integrar essa política, nas esferas de planejamento e execução, e em seguida, desenvolver e difundir uma cultura da educação infantil que tornasse claro para a população em geral qual a função social desta instituição. Isso permitiria ultrapassar “valores das antigas posições sociais da creche e da mãe, como entidades que detém territórios distintos e de pouco contato uma com a outra” (Vitória, 1996, p.39). Uma vez que este esclarecimento poderia implicar em aumento da demanda e mesmo das expectativas e exigências dos já usuários deste serviço, criando-se possibilidades para o surgimento de uma demanda mais qualificada, acredita-se infelizmente, que isso não seja desejável.

O Quadro 3 traz as categorias relativas ao conjunto temático “**Conhecimento sobre a programação educativa da creche**”.

No grupo de usuárias de creche aparecem três categorias afirmativas, ou seja, categorias nas quais as mães indicam saber da existência de atividades educacionais ou pedagógicas desenvolvidas pelos seus filhos - *Sei pelo pouco que eles (os filhos) me contam; Na sala tem um cronograma; Em cada reunião elas (educadoras) sempre contam*. Pode-se notar que apenas na categoria que faz referência à reunião, o conhecimento sobre a programação educativa da creche foi obtido por uma ação deliberada da instituição; as duas outras categorias revelam que este conhecimento das mães é bastante casual, dependendo do interesse, curiosidade e sensibilidade individuais das mães e das famílias.

Quadro 3 - Categorias provenientes das entrevistas das 30 participantes, mães usuárias e não usuárias de creches, em relação ao conjunto temático: **“Conhecimento sobre a programação educativa da creche”**.

Mães usuárias de creche	Mães não usuárias de creche
<p><i>Eu não conheço</i></p> <p><i>Sei pelo pouco que eles (os filhos) me contam</i></p> <p><i>Na sala tem um cronograma</i></p> <p><i>Em cada reunião elas (educadoras) sempre contam</i></p>	<p><i>Devem fazer algum tipo de exercício</i></p> <p><i>É bem diferente de escolinha, de jardim-de-infância</i></p>

Ainda no grupo de usuárias de creche encontra-se a categoria - *Eu não conheço* - acredita-se que esta não revela um completo desconhecimento das mães, mas a falta de segurança nas informações de que dispõem. Lendo o discurso-síntese a seguir, percebe-se que conhecer este dado e envolver-se nesta dinâmica é visto como uma necessidade das mães. A literatura da área indica, inclusive, que essa boa relação creche-família permite que o trabalho da instituição vá além, favorecendo a complementação entre a aprendizagem da creche e de casa. (Bondioli e Mantovani, 1998; Bujes, 2001).

Também em relação a este conjunto temático, no grupo de mães não usuárias de creche, a categoria - ***Devem fazer algum tipo de exercício***, revela que estas mães percebem que deve ter havido modificações na creche, decorrente do novo tratamento ofertado à criança. Ao contrário, a categoria - ***É bem diferente de escolinha, de jardim-de-infância***, marca uma distinção entre as atividades que podem ser desenvolvidas em outro tipo de serviço (as escolinhas e jardins de infância – instituições particulares e de meio período) e não na creche. Por trás desta concepção está a idéia de que a creche não tem um papel educativo mas principalmente custodial e assistencial.

Fica claro diante destas concepções a falta de divulgação sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido na creche. Estes dados sugerem ainda que esta falta se dá tanto internamente - as próprias mães usuárias de creche não conhecem com propriedade as atividades realizadas com e pelos seus filhos; quanto externamente - não há difusão de informações pelo poder público (municipal, estadual ou federal) sobre este serviço, que apoiem o princípio legal de direito à educação gratuita para a criança entre 0 e 6 anos e seus familiares, aspecto que também pode qualificar a demanda por este serviço.

O Quadro 4 trata do conjunto temático “**Opinião sobre as creches do município**”, entre todas as categorias encontradas nota-se duas – ***Elas fazem um bom trabalho*** (mães usuárias); ***Eles (a creche) cuidam bem*** (mães não usuárias) – em que a satisfação com o trabalho desenvolvido nas creches de São José dos Pinhais está relacionada com o desempenho do pessoal que trabalha nas mesmas.

Vê-se que um mesmo aspecto (atuação dos profissionais), aliado a outros específicos do contexto coletivo da creche e de características de um espaço físico específico (que poderiam ser diferentes), pode ser motivo de insatisfação, muitas vezes, decorrentes ou mesmo determinantes de experiências desfavoráveis.

Duas outras categorias também expressam satisfação, sendo: ***Muito bom o convênio (médico)***, das mães usuárias, referindo-se à nova possibilidade de atendimento em situações de emergência e ***Estão (as crianças) bem alimentados, bem tratados***, das mães não usuárias, valorizando principalmente a dimensão do cuidado, no que diz respeito aos aspectos de nutrição e higiene, não considerando outros.

Outras categorias indicam aspectos que precisam ser melhorados: ***Ter um bom parquinho; Mais espaço coberto***, das mães usuárias e ***Tem que ter mais divertimento (para as***

crianças), das mães não usuárias, fazendo alusão à necessidade de se melhorar a infraestrutura das creches, ofertar melhores condições de entretenimento às crianças durante o período que elas passam na instituição. A categoria - **Problema de segurança** - encontrada na fala do grupo de usuárias de creche, também diz respeito à infra-estrutura, mas o foco é o risco à segurança das crianças e à preservação do equipamento lá disponível (televisão, vídeo-cassete, e outros que são alvo de roubo). As seguintes categorias, das falas de usuárias de creche - **Trabalhar mais na parte da educação; Eu não fiquei sabendo; Ter intriga entre elas (funcionárias)** – indicam problemas quanto à organização do trabalho na instituição, ora de cunho pedagógico, ora administrativo, em relação à comunicação com as famílias e em relação à interação entre a equipe de trabalho.

Quadro 4 - Categorias provenientes das entrevistas das 30 participantes, mães usuárias e não usuárias de creches, em relação ao conjunto temático: “**Opinião sobre as creches do município**”.

Mães usuárias de creche	Mães não usuárias de creche
<i>Elas fazem um bom trabalho</i>	<i>Eles (a creche) cuidam bem</i>
<i>Trabalhar mais na parte da educação</i>	<i>Eu nunca confiei</i>
<i>Eu não fiquei sabendo</i>	<i>Estão (as crianças) bem alimentados, bem tratados</i>
<i>Ter um bom parquinho</i>	<i>Tem que ter mais divertimento (para as crianças)</i>
<i>Mais espaço coberto</i>	<i>Falta na rede pública atendimento diferente da creche</i>
<i>Muito bom o convênio (médico)</i>	<i>(a creche) Está atendendo a necessidade da mãe que trabalha fora?</i>
<i>Problema de segurança</i>	
<i>Ter intriga entre elas (funcionárias)</i>	
<i>Horário imposto</i>	

Ainda em relação a este conjunto temático, mas ampliando-o para uma apreciação a respeito do atendimento público à população menor de 7 anos, aparecem as categorias -

Horário imposto, das mães com filhos nas creches e - ***Falta na rede pública atendimento diferente da creche; (a creche) Está atendendo a necessidade da mãe que trabalha fora?***, encontradas nas falas das mães que criam os filhos sem fazer uso deste serviço. Entende-se que estas 3 categorias criticam a lógica modelar de atendimento das creches, ou seja, sua rigidez e falta de articulação com as necessidades das famílias, ao apontar aspectos como: horário de trabalho das famílias *versus* horário de funcionamento das creches; distância entre creche e moradia ou local de trabalho; tempo de deslocamento, entre outros.

Existe uma contradição entre modelo e demanda, que torna a creche pública um serviço para poucos. A lógica modelar atual do atendimento de educação infantil impõe uma determinada demanda e ao mesmo tempo impossibilita seu uso por muitos.

À guisa de conclusão

Este estudo descritivo veio contribuir para o conhecimento de alguns aspectos próprios da realidade das mães de camadas populares do município pesquisado e das concepções, valores e crenças que elas têm e compartilham sobre a educação da criança pequena.

Os dados obtidos indicam que, nas concepções de mães usuárias e não usuárias do sistema público de creches, surgem diferenças evidentes no que diz respeito ao contexto de cuidado e de educação coletiva de crianças – a creche. Pode-se perceber que existe um entendimento mais positivo deste modelo pelas mães que estão fazendo uso dele neste momento histórico. Há, por parte destas, o reconhecimento de alguns aspectos favoráveis ao desenvolvimento das crianças no espaço da creche. Contudo, não se pode esquecer da interferência da “desejabilidade social”, como mais um elemento determinante das respostas destas mulheres, que poderiam estar considerando a necessidade de apresentarem-se socialmente aceitáveis, para um melhor auto-ajuste nas suas relações com as creches. Entre as mães não usuárias não há o reconhecimento da creche como agência educativa, comprometida com as necessidades formativas da criança pequena. Apesar da legislação brasileira atual promulgar a criança como cidadã de direitos, na prática ela não é assim vista. A opção das mães usuárias pela creche, apesar de poder ser entendida como “não escolha” lhes dá a oportunidade de perceber a dimensão educativa da creche, o que não

ocorre com as não usuárias. A curta história da Educação Infantil como prática social, no Brasil, aliada a falta de decisão política para garantia de sua consolidação têm implicado em constantes avanços e retrocessos. Entretanto, para além da necessidade significativa por parte das famílias, a Educação Infantil só poderá efetivamente se consolidar como resultado da consciência da sua importância para o desenvolvimento infantil e do reconhecimento da criança como sujeito de direitos, o que já é perceptível nas concepções dos que usufruem destes serviços.

Os dados mostram a existência de uma delimitação clara dos grupos sociais interessados nas creches públicas: grupos com uma condição sócio-econômica precária ou que não dispõem de soluções alternativas e ainda os grupos de risco (situação de sub-emprego ou desemprego dos pais, sem condições mínimas de moradia e alimentação). Essa situação tende a reforçar a estigmatização da educação infantil pública, o que representa um risco para a população, uma vez que aumenta a oferta de serviços privados, menos passíveis de fiscalização e orientação técnica, com pessoal com pouca ou nenhuma formação, prestando serviços com baixa qualidade, conseqüência de uma demanda reprimida, que não tem acesso à utilização do serviço público. Muito melhor seria pensar que a creche ou a instituição de educação infantil, constitui-se em um espaço para todas as crianças, não exclusivamente as pobres, *entrarem com os dois pés no mundo da cultura*, parafraseando e modificando as palavras de Lefèvre (1994).

Pelos dados aqui relatados, acredita-se que o sistema municipal em questão, assim como a maioria das cidades brasileiras, deva ter como metas: melhorar a qualidade de atendimento e o respeito à criança, compartilhando com a família o intuito de lhes proporcionar as melhores condições de convivência e desenvolvimento; ocupar-se, ainda, da expansão do sistema e da sua promoção e divulgação, seja através da modalidade vigente – a creche ou centros de educação infantil e/ou de outras modalidades, não substitutivas ao modelo atual, mas complementares ou alternativas a este. É importante lembrar que este último adjetivo, como já fora muito bem apontado pela crítica de Rosemberg (1989) está sendo empregado aqui, não como sinônimo de programas informais ou não institucionais, de caráter “*propagandístico, emergencial, provisório*”. Outrossim, está se considerando como modalidade alternativa outro atendimento educativo para a criança pequena, que não precisa ser sinônimo de período integral, desfazendo-se assim a

cristalização do modelo da creche brasileira, mas que requer o cumprimento de altos critérios de qualidade.

As creches serem reconhecidas como serviços comunitários e não somente como agência educativa, também pode significar uma boa possibilidade para que este serviço se torne conhecido não apenas pelas famílias que o utilizam; mas também, pelo seu entorno (Bondioli e Mantovani, 1998; Ingrosso, 1998), assentando o trabalho na perspectiva real de participação da comunidade local.

Outros estudos, principalmente estudos *ad hoc*, serão importantes para compor-se um corpo de conhecimento bem fundamentado acerca da educação infantil no Brasil. Julgam-se necessários estudos que investiguem detalhadamente como têm sido definidas as políticas públicas nos municípios; quais têm sido as ações dos conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente na promoção da educação infantil; qual ou quais as demandas por atendimento em diferentes comunidades locais, que fatores interferem na demanda por serviços de educação infantil; quais e quantas são as instituições que atendem crianças de 0 a 6 anos e como desenvolvem este trabalho. Os municípios seriam, certamente, beneficiados com informações advindas de pesquisas com tais temáticas. Não esquecendo que eles próprios podem ter uma atuação importante, inclusive, viabilizando a execução de algumas destas pesquisas.

A prática social em educação infantil, bem como as instituições nas quais estas práticas acontecem resultaram das novas formas de organização social, que inclui a participação feminina cada vez maior na vida social e no trabalho, sendo portanto indispensáveis para a sociedade de hoje. E, são sobretudo, indispensáveis por terem se tornado contextos nos quais muitas crianças descobrem o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bondioli, A.; Mantovani, S. (1998) **Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos – uma abordagem reflexiva**. Porto Alegre: Artmed.
- Brasil. (1993) Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política de educação infantil**. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI.
- Brasil. (1994) Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Educação Infantil no Brasil: situação atual**. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI.
- Brasil. (1994a) Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI.
- Brasil. (1998) Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil**. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, v.1 e 2.
- Brasil. (2000) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa sobre Indicadores Sociais e População**. Rio de Janeiro, MPOG/IBGE/DP/DPIS.
- Bufalo, J. M.P. (1997) **Creche: lugar de criança, lugar de infância. Um estudo sobre as práticas educativas em um CEMEI de Campinas**. Dissertação de mestrado. Campinas: FE/UNICAMP.
- Bujes, M. I. E. (2001) Escola Infantil: pra que te quero? Em: C. CRAIDY; G. E. KAERCHER. (2001) **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre, Artmed, p.15-22.
- Faria, A. L. G. de. (1999) O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da educação infantil. Em: A. L. G. de Faria; M. S. Palhares. (orgs.) **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados – FE/UNICAMP; Florianópolis: UFSC; São Carlos: UFSCar, p.67-98.
- Fullgraf, J. B. G. (2001) **A Infância de Papel e o Papel da Infância**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: CED/UFSC.

- Fullgraf, J. B. G. (2001a) **A Infância no Papel é de Papel: as duas faces da nova LDB**. Texto Escrito para o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. Fórum Catarinense de Educação Infantil. (Mimeo)
- Geis, R. M. (1994) **Criar ou Educar Crianças? Estudo das Representações de Mães e Educadoras sobre o Papel da Creche**. Tese de Doutorado. São Paulo: IPUSP.
- Haddad, L. (1998) O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no Contexto das Políticas para a Infância: uma apreciação crítica. **Trabalho apresentado na XXI Reunião da ANPED**, Caxambú.
- Ingrosso, M. (1998) Serviços para a Infância e para as Famílias entre Regulamentação e Inovação. Em: A. Bondioli; S. Mantovani. (1998) **Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos – uma abordagem reflexiva**. Porto Alegre: Artmed, p.58-72.
- Kappel, M. D. B.; Carvalho, M. C.; Kramer, S. (2001) Perfil das Crianças de 0 a 6 anos que freqüentam Creches, Pré-escolas e Escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, n.16, p.35-47.
- Kuhlmann Júnior, M. (1998) **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação.
- Kuhlmann Júnior, M. (1999) Educação infantil e currículo. Em: A. L. G. de FARIA; M. S. PALHARES. (orgs.) **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados – FE/UNICAMP; Florianópolis: UFSC; São Carlos: UFSCar, p.51-66.
- Lefèvre, F. (1994) A Importância da Creche para a Inserção da Criança na Cultura. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. São Paulo: CDH, v. 4, n. 2, p. 57-59.
- Lefèvre, F. ; Lefèvre, A. M. C.; Teixeira, J. J. V. (orgs.) (2000) **O Discurso do Sujeito Coletivo: uma abordagem metodológica em Pesquisa Qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS.
- Lordelo, E. da R. (1998) Educadores de Creche: concepções e práticas. **Interação**. Curitiba: UFPR, v.2, p.113-132.
- Maistro, M. A. (1997) **As Relações Creche-Famílias: um estudo de caso** Dissertação de Mestrado. Florianópolis: CED/UFSC.

- Merisse, A. (1996) **A Infância e seus Lugares: um estudo sobre as concepções de Mães e Funcionárias de Creche**. Tese de Doutorado. São Paulo: IPUSP.
- Minayo, M. C. de S. (1992) **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1992.
- Moro, C. S. (2002). **Infância e Educação Infantil Pública: Concepções maternas**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Infância e da Adolescência da Universidade Federal do Paraná.
- Muniz, L. (1999) Naturalmente Criança: a educação infantil de uma perspectiva sociocultural. Em: S. Kramer et al. (orgs.) **Infância e Educação Infantil**. São Paulo: Papirus, p. 243-268.
- Palhares, M. S.; Martinez, C. M. S. (1999) A Educação Infantil: uma questão para o debate. Em: A. L.G. de FARIA; M. S. PALHARES. (orgs.) **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados – FE/UNICAMP; Florianópolis: UFSC; São Carlos: UFSCar, p.5-18.
- Pereira, R. M. R.; Jobim e Souza, S. (1998) Infância, Conhecimento e Contemporaneidade. Em: S. Kramer; M. I. Leite. **Infância e Produção Cultural**. Campinas, Papirus, p. 25-42.
- Rocha, E. A. C.; Silva Filho, J. J. da. (1997) Creches e Pré-escolas: diagnóstico das instituições educativas de 0 a 6 anos em Florianópolis. **Perspectiva**. Florianópolis, v.15, jul./dez., n.28,p.105-155.
- Rosemberg, F. (2001) Avaliação de Programas, Indicadores e Projetos em Educação Infantil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, n.16, p.19-26.
- Rosemberg, F. (1999) Expansão da Educação Infantil e Processos de Exclusão. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.107, p.7-40.
- Rosemberg, F. (1998) Educação Infantil nos Estados Unidos. Em: F. Rosemberg; M. M. Campos. (orgs.) **Creches e Pré-escolas no Hemisfério Norte**. (2ª edição). São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, p.15-101.
- Rosemberg, F. (1989) Creches Domiciliares: Argumentos ou Falácias. Em: F. Rosemberg. **Creche**. São Paulo: Cortez, p.217-235.
- Rosseti-Ferreira, M. C.; Piotto, D. C.; Chaguri, A. C.; Mello, A. M.; Silva, A. P. S. da; Eltink, C.; Yazlle, C.; Carniel, I. C.; Sordi, G.; Baldin, L. S. A.; Frederick, M. I. B.;

- Morais, R.; Besani, V. (1998) Promoção da Qualidade e Avaliação na Educação Infantil: uma experiência. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 105, nov., p.52-77.
- Sebastiani, M. T. (1996) **Educação Infantil: o desafio da qualidade – um estudo da rede municipal de creches em Curitiba**. Tese de Doutorado. Campinas: FE/UNICAMP.
- Sekkel, M.C. (1998) **Reflexões sobre a Experiência com a Educação Infantil**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: IPUSP.
- Silveira, V. P. da. (1997) O Mito da Infância na Educação Pré-escolar no Brasil. **Saúde, Sexo e Educação**. Rio de Janeiro, abr./jun., p. 18-23.
- Unicef. (2000) **Situação da Infância Brasileira**. Brasília: UNICEF.
- Vasconcellos, V. M. R. de (1996) Políticas Públicas e Educação Infantil em Niterói. **Revista do Departamento de Psicologia**. Niterói/UFF, v. 8, n. 3, p.89-100.
- Vitória, T. (1997) **Representações de Educadoras sobre as Mães e Famílias das Crianças da Creche**. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto: FMRP/USP.